



Arinos (E), Reale, Ulysses, Fernando Henrique, José Serra e Cabral: a grande comissão, após aprovar o parlamentarismo

# Cabral apresenta anteprojeto para negociação

BRASÍLIA — O esboço do substitutivo do relator da Constituinte, Bernardo Cabral, foi finalmente concluído ontem e deverá entrar hoje em sua fase de "negociação política", segundo o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Após três horas e meia de reunião na residência do presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, Cabral acertou os últimos detalhes do "rascunho" de seu relatório, que incluirá uma fórmula não de todo consensual na questão da reforma agrária, o regime parlamentarista puro com vigência a partir de 120 dias após a promulgação da Constituição e mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

A versão do relatório, que será apresentado até quarta-feira ao plenário da Constituinte, será submetida hoje à noite à cúpula do PFL, numa reunião na residência do senador Marco Maciel. "Vamos continuar conversando e nos reunindo até o último momento do prazo", anunciou Ulysses, que foi o porta-voz da reunião de trabalho, onde estiveram presentes, além de Cabral, o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos (PFL-RJ), os deputados Nelson Cardoso (PMDB-SP) e o jurista Miguel Reale Jr.

Segundo declarou Ulysses no final da reunião, que terminou às 13h 30m, embora seja favorável ao presidencialismo — por entender que "é necessário um governo de porte para responder às necessidades dos problemas vigorosos que o país enfrenta" —, preferiu pessoalmente que fosse adotado o sistema parlamentarista puro no relatório de Cabral. "O que não pode haver é uma forma mista de governo, reunindo os defeitos dos sistemas presidencialista e parlamentarista", afirmou. O senador Fernando Henrique Cardoso informou que as chances de aprovação do parlamentarismo pela Constituinte foram longamente debatidas na reunião, e apenas Ulysses e Cabral mostraram-se pessimistas quanto a elas.

Os pontos polêmicos serão abordados da seguinte maneira no relatório Cabral:

☐ **Sistema de Governo** — No substitutivo de Cabral, constará o regime parlamentarista puro, onde o presidente, eleito pelo voto direto, será o chefe de estado, e o primeiro-ministro o chefe de governo.

☐ **Segurança nacional** — A decretação dos estados de sítio e de defesa deverá passar obrigatoriamente pelo Congresso Nacional.

☐ **Reforma agrária** — A propriedade rural deverá cumprir uma função social e a reforma agrária não atingirá os pequenos e médios proprietários. O limite de propriedade será definido por lei ordinária. A imissão na posse deverá ser requerida pelo Incra. A Justiça terá um prazo de noventa dias para deferir ou indeferir o pedido. Caso deferido, o proprietário poderá apelar a instâncias superiores. No entanto, se vier a ganhar na Justiça, não terá direito à devolução da terra, mas apenas a receber em dinheiro a indenização. As benfeitorias da terra desapropriada serão pagas em dinheiro. As terras, em títulos da dívida agrária, resgatáveis em vinte anos.

☐ **Organização sindical** — Será permitida a organização de mais de um sindicato por categoria, mas apenas um representará oficialmente os trabalhadores. De acordo com pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, o projeto permite que as confederações recebam contribuição sindical.

☐ **Estabilidade no emprego** — Em discussão até a tarde de ontem. É certo que será ainda mais amenizada. Em vez de Estabilidade, constará a garantia de emprego e a proibição da demissão imotivada.

☐ **Em relação a pelo menos dois pontos o PFL vai tentar modificar o relatório Bernardo Cabral: na questão da reforma agrária e do sistema parlamentarista de governo, conforme anunciou o líder do partido na Câmara, deputado José Lourenço (BA). Ele já antecipou que o PFL não aceitará acordos em relação ao parlamentarismo e ao prazo de 90 dias para que a Justiça determine, em primeira instância, a posse de terras desapropriadas pelo Incra. "O PMDB está tentando utilizar um dos mais expressivos políticos do PFL, o senador Afonso Arinos, na defesa do parlamentarismo, mas a maioria do partido é presidencialista", disse Lourenço. O PFL também não aceita que após 90 dias uma propriedade seja entregue ao Incra sem possibilidade de devolução, mesmo que uma instância judicial superior decida que houve erro na desapropriação.**

## A volta do coronel, após três derrotas

### Virgílio Távora surpreende e vira conselheiro

**S**obrino de Juarez Távora, filho do senador Manoel Távora, pai do deputado Carlos Virgílio e compadre do presidente José Sarney, o senador Virgílio Távora, 68 anos, coronel do Exército na reserva e coronel da política na ativa, à frente do que restou do PDS no Ceará, surpreendeu os constituintes nas últimas semanas por sua vitalidade e organização no trabalho. Com paciência e obstinação, leu, artigo por artigo, o projeto *Hércules* durante quase um mês, em voz alta, para um grupo de deputados e senadores que tentavam chegar ao consenso sobre o texto da Constituição. Hoje, Virgílio tornou-se uma espécie de unanimidade dentro da Constituinte. É chamado para intermediar questões polêmicas e recebe elogios da direita e da esquerda.

Uma das atuações marcantes de Virgílio foi na definição de empresa nacional. Depois de seguidas reuniões, ele e os deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e o senador Severo Gomes (PMDB-SP) chegaram a um conceito que exige o controle acionário por brasileiros aqui residentes. A exigência foi proposta de Virgílio, militante do nacionalismo desde

as lutas em favor do monopólio estatal do petróleo, na década 50.

**Volta à cena** — O veterano Virgílio retorna à primeira linha do Congresso depois de uma sucessão de derrotas que pareciam indicar o crepúsculo do cacique da família Távora. Em 1985, perdeu no Colégio Eleitoral com a candidatura Paulo Maluf. No mesmo ano, viu Maria Luiza Fontenelle arrebatar para o PT a prefeitura de Fortaleza. Ano passado, uniu-se aos coronéis Adauto Bezerra e César Cals — que, como ele, trocaram o Exército pelos currais eleitorais e, com ele, se revezaram no governo do Ceará durante duas décadas de ditadura militar. Os três acabaram derrotados pelo jovem empresário Tasso Jereissati, eleito governador com a bandeira do anticoronelismo. "Não me arrependo de nada que fiz", diz Virgílio.

A carreira política de Virgílio começou em 1950, na Câmara dos Deputados, junto com Tancredo Neves e João Goulart. Apesar da amizade com ambos, conspirou em 1954 contra o presidente Getúlio Vargas, que tinha Tancredo como ministro da Justiça e Goulart como herdeiro político. Participou também da tentativa de impedir a posse do presidente Juscelino Kubitschek, em 1955, e das revoltas de Jacareacanga e Aragarças. No entanto, foi indicado representante da UDN na Novacap e colaborou com Kubitschek no projeto de levar a capital do Rio para Brasília.

**Dever cumprido** — "Tenho a noção do dever. Isso é uma coisa de militar que para mim é muito séria. Quando vi o projeto de Constituição, aquele *Frankenstein*, achei-me na obrigação de contribuir para melhorar o texto. Acho que o trabalho final do nosso grupo, o projeto *Hércules*, é um documento em torno do qual se pode discutir", diz.

Apesar de defender o projeto *Hércules*, Virgílio é adversário ferrenho do parlamentarismo. "Fui ministro do governo parlamentarista de João Goulart. Discuti muito naquela época com Tancredo esse tipo de sistema e estou convencido de que ele não funciona no Brasil", depõe sobre a experiência no gabinete Tancredo Neves, que integrou, de 1961 a 1962, como ministro da Viação.

Governador do Ceará duas vezes — **uma pelo voto direto e outra por indicação do presidente Ernesto Geisel** —, deputado federal três vezes e senador por duas legislaturas, acha que não tem mais idade para discussões estereis. Por isso começou a frequentar reuniões e a dar forma aos pontos de consenso. "A Constituinte estava indo por um caminho muito errado", diz Virgílio Távora com a sensação do dever cumprido.



Virgílio (E), com Nelson Jobim e Henrique: "Não me arrependo de nada"